



**UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL  
DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA  
INSTITUTO DE HUMANIDADES E LETRAS  
BACHARELADO EM HUMANIDADES**

**JORGITO FRANCISCO CUSNA**

**O PROJETO POLITICO DO PAIGC E DE AMÍLCAR CABRAL:  
INTENÇÕES E REALIZAÇÕES**

**SÃO FRANCISCO DO CONDE**

**2017**

**JORGITO FRANCISCO CUSNA**

**O PROJETO POLITICO DO PAIGC E DE AMÍLCAR CABRAL:  
INTENÇÕES E REALIZAÇÕES**

Projeto de pesquisa apresentado ao Programa de graduação em Humanidades da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB) como requisito parcial para obtenção de Bacharel.

Orientador: Prof. Dr. Karl Gerhard Seibert.

SÃO FRANCISCO DO CONDE

2017

**JORGITO FRANCISCO CUSNA**

**O PROJETO POLITICO DO PAIGC E DE AMÍLCAR CABRAL:  
INTENÇÕES E REALIZAÇÕES**

Projeto de pesquisa apresentado ao Programa de graduação em Humanidades da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB) como requisito parcial para obtenção de Bacharel.

Aprovado em: 20 de dezembro de 2017.

**BANCA EXAMINADORA**

**Prof. Dr. Karl Gerhard Seibert (Orientador)**

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira

**Prof. Dr. Ercílio Neves Brandão Langa**

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira

**Prof. Dr. Pedro Acosta Leyva**

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b>	<b>5</b>
<b>2</b>	<b>ASCENDÊNCIA DE AMÍLCAR CABRAL E CRIAÇÃO DE PAIGC</b>	<b>7</b>
<b>3</b>	<b>UNIDADE ENTRE GUINÉ E CABO VERDE</b>	<b>14</b>
<b>4</b>	<b>TRANSIÇÃO SOCIALISTA (“SUICÍDIO” DA PEQUENA BURGUESIA E CRIAÇÃO DO “HOMEM NOVO”)</b>	<b>19</b>
4.1	TRANSFORMAÇÃO DO SISTEMA ECONÔMICO	22
4.2	HOMEM NOVO	25
<b>5</b>	<b>EMANCIPAÇÃO FEMININA</b>	<b>26</b>
<b>6</b>	<b>ETNICIDADE E NAÇÃO</b>	<b>28</b>
<b>7</b>	<b>JUSTIFICATIVA</b>	<b>30</b>
<b>8</b>	<b>OBJETIVOS</b>	<b>31</b>
8.1	OBJETIVO GERAL	31
8.2	OBJETIVOS ESPECIFICOS	31
<b>9</b>	<b>METODOLOGIA</b>	<b>31</b>
<b>10</b>	<b>CRONOGRAMA</b>	<b>32</b>
	<b>REFERÊNCIAS</b>	<b>34</b>

## 1 INTRODUÇÃO

A década de 50 foi um marco histórico para a África portuguesa, pois, simboliza o período que iniciou o desencadeamento para as lutas de libertação dos territórios africanos que foram ocupados por Portugal. Nessa altura surgiram vários movimentos criados pelos próprios africanos com o intuito de libertar as colônias do jugo colonial e assumir o destino desses territórios. Para não generalizar, a maioria desses movimentos foi criada por africanos que beneficiaram dos privilégios do colonizador, entre os quais alguns possuíam o estatuto de assimilados.

O presente projeto inicia com o percurso daquele que viria a ser mais tarde o herói de todos os guineenses e cabo-verdianos, Amílcar Cabral, e a criação do Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC). Já no segundo momento o estudo aborda a questão política da unidade Guiné e Cabo Verde durante a luta de libertação e suas relações pós-luta. O terceiro momento diz respeito ao desenvolvimento socioeconômico almejado por Amílcar Cabral e PAIGC para o novo Estado guineense: a pretensa transição socialista (“suicídio” da pequena burguesia e criação do “Homem Novo”). Em seguida, o quarto momento tem a ver com a emancipação feminina. E por último, o projeto tem como enfoque a questão da etnicidade e nação na perspectiva do Amílcar Cabral e a sua projeção para o futuro novo Estado.

Antes de fundamentar qualquer questão histórica, vale ressaltar a Geografia que compreende a então Guiné Portuguesa, território a partir de 1951 considerado província ultramarina de Portugal (...), que desde 1973, ano da declaração unilateral da independência pelo PAIGC, passou a ser reconhecida como Guiné-Bissau. Para contextualizar geograficamente a Guiné-Bissau é uma Nação situada na Costa Ocidental da África, com uma extensão territorial de 724 km, de fronteira, sua costa representa 350 km. Apenas 78% dos aproximadamente 36.000 km<sup>2</sup> se encontra no continente africano, enquanto ilhas constituem os outros 22% do seu território (VISENTINI 2012, p.97). O país faz divisa com o Senegal ao norte, sul com a Guiné-Conacri e ao leste e oeste com Oceano Atlântico. Em 1973 o número da sua população era 756.280, atualmente com uma população estimada em 1,6 milhão de pessoas.

Entretanto, o propósito deste trabalho é dissertar sobre o projeto político do PAIGC destacando a contribuição e as ideologias de seu líder e co-fundador Amílcar

Cabral. Concretamente, o objetivo é comparar as intenções dos anos da luta de libertação com as realizações feitas pelo partido único depois da independência na Guiné-Bissau. Para a análise escolheu-se um recorte histórico de 1973 a 1994, que compreende o período da independência ao fim do partido único.

Para o desenvolvimento das referidas temáticas, elegeu-se quatro temas principais relativo a pretensa transformação política e socioeconômica depois da independência em Guiné-Bissau: transição socialista (“suicídio” e criação de “homem novo”); união entre Guiné e Cabo Verde; emancipação feminina e por fim nos diz respeito a etnicidade e nação.

Com tal propósito de compreender as intenções e realizações do projeto político do PAIGC e do seu líder Amílcar Cabral (1924- 1973), a pesquisa partirá de uma abordagem bibliográfica, baseada nas publicações existentes sobre o tema. De acordo com Gil (2008), a pesquisa bibliográfica é desenvolvida com base em material já elaborado constituído principalmente de livros e artigos científicos. Neste sentido, o estudo baseia-se na obra de autores cujo objeto de análise foi a vida e luta de Cabral e a Guiné Portuguesa, entre eles, Carlos Lopes (2012), António Tomás (2008), Julião Soares Sousa (2016), Patrícia Godinho (2010), o próprio Amílcar Cabral (1974). Pretende-se abarcar também aqueles autores que analisaram o contexto da Guiné-Bissau após a independência (1974), dos quais: Álvaro Nóbrega (2015), Francisco Henriques e Mário Beja, António E. Duarte Silva (2010), e Moema Parente Augel (2007).

São vários trabalhos concernentes ao projeto político do Amílcar Cabral e do seu partido, no entanto, é de ressaltar que poucos tentaram analisar as realizações desses projetos após a independência que se configurava no “Programa Maior” do PAIGC para o “Estado Independente”. Afirmava Amílcar Cabral que “principal finalidade do movimento de libertação ultrapassa a conquista da independência política para se situar no plano superior da libertação total das forças produtivas e da construção do progresso econômico, social e cultural do povo [...]” (SANCHES, 2012, p.370-371).

## 2 ASCENDÊNCIA DE AMÍLCAR CABRAL E CRIAÇÃO DE PAIGC

Filho de pais cabo-verdianos, fruto da emigração devido à escassez de recursos em Cabo Verde e, conseqüentemente, ao espectro da fome, ou em busca de melhores oportunidades de trabalho. Nesse contexto, Amílcar Cabral nasceu no dia 12 de Setembro de 1924 em Bafatá - Guiné Portuguesa, (TOMÁS, 2008, p.37).

A infância de Cabral dividiu-se entre Guiné e Cabo Verde. Existe a controvérsia no que diz respeito a data da sua partida à Cabo Verde, no ano de 1932, quando tinha apenas 8 anos. No entanto, sabe-se que com a ruptura da relação dos seus progenitores, em 1929, a mãe, Iva Pinhel Évora, foi a grande responsável pela formação de Amílcar Cabral (SOARES, 2016, p.55). Cabral saiu da Guiné sem que tenha iniciado os estudos primários que viria a iniciar só aos doze anos de idade, isto é, em 1936 quando a sua progenitora Iva Évora voltou a Cabo Verde em 1933, constatou que o Juvenal não estava cuidando da educação dos filhos: Amílcar e das irmãs gêmeas Arminda e Armanda. Foi a partir deste momento que tomou a decisão de responsabilizar dessa tarefa.

Ao que tudo indica, não foi fácil a mudança de Amílcar Cabral da Achada Falcão onde vivia com o pai para a cidade da Praia, onde posteriormente iniciaria os estudos primários. Com a degradação do relacionamento dos progenitores do Cabral, iniciara uma disputa pela custódia dos filhos que conseqüentemente, ficará com Iva Pinhel Évora (TOMÁS 2008).

Com esta decisão, Iva colocava sobre os seus ombros a exclusiva responsabilidade pela manutenção dos filhos. Além da alimentação e do vestuário, era ainda preciso prover material escolar, o que, em relação a Amílcar Cabral, haveria de se tornar extremamente dispendioso. Este, em 1936, aos doze anos de idade começara finalmente os seus estudos e cumpriria a escolaridade primária num único ano letivo. Em Outubro de 1936 foi colocado numa turma da primeira classe, em Janeiro foi transferido para uma da segunda, terminando a terceira e a quarta classes ainda no final daquele ano. No ano letivo seguinte, 1937/1938, já estava inscrito no Liceu Gil Eanes, (TOMÁS, 2008, p.49).

Não obstante toda responsabilidade financeira recair sobre Iva Pinhel, no entanto, Cabral vinha sanar algumas despesas da mãe com pequenos trabalhos, como venda ambulante e dando aulas aos seus colegas do liceu e do seu próprio ano.

Depois do Seminário-Liceu fundado em São Nicolau, em 1866. O Liceu Infante D. Henrique em S. Vicente foi a segunda instituição do gênero nas colônias portuguesas fundado em 1917, que mais tarde passou a ser designado, de Liceu Gil Eanes, em 1938. De acordo com o antropólogo angolano António Tomás, o que difere esse liceu dos demais, nomeadamente, de Goa, Macau, Moçambique e Angola diz respeito aos estudantes que eram majoritariamente formados pelos civis e militares vindos da metrópole e pelos filhos destes, quase todos brancos, ao contrário do Liceu Gil Eanes de Cabo Verde em que os professores e alunos eram negros e mestiços, naturais da terra.

Mudando-se de Santiago para ilha de S. Vicente com a sua família para fins de estudos liceais, Cabral já demonstrava o aluno promissor tendo concluído os estudos primários dentre os melhores. Ainda assim, como mencionamos acima que, ele teve que trabalhar para ajudar a mãe em algumas despesas, isso não interferiu no seu desempenho escolar, sempre esteve elencado entre os melhores no período em que cursou liceu. No entanto, Cabral nunca deixou de entender o processo educativo português implementado nas colônias, principalmente em Cabo Verde. Para ele, a escola foi mais um espaço de assimilação do discurso ideológico imperial do que um lugar de conscientização política no sentido anticolonial, a avaliar pelos programas curriculares ministrados (SOUSA, 2016, p.72). Segundo historiador guineense, Julião Soares Sousa:

Todo o sistema educativo no tempo colonial concentrava-se, de forma exaustiva, na idéia da Portugalidade. Os programas, livros e atividades escolares tinham como objetivo último incutir na cabeça das crianças e jovens a idéia de uma pátria portuguesa una do Minho a Timor (SOUSA, 2016, 72).

Ora, eis a questão, será que o Cabral ficava perplexo perante o sistema colonial português? Com certeza que não. Todavia, ainda que não conseguisse resultados almejados, contudo ele reagia contra o regime através dos poemas. Corroborando com António Tomás, no meio de vários afazeres, Amílcar Cabral ainda arranjava tempo para se dedicar ao seu próprio despertar intelectual. Foi nos anos de liceu que escreveu os seus primeiros poemas. Amílcar Cabral escondia nos seus versos de

poemas, ou seja, fazia circular através da poesia ideias políticas e sociais de forma indireta contra o regime português. Até que depois de terminar o ensino secundário regressou à Praia e começou a trabalhar na Imprensa Nacional como ajudante de tipógrafo. Tendo obtido uma bolsa de estudos no ano de 1945 da Casa dos Estudantes do Império (CEI), despediu-se da Imprensa Nacional e parte para Lisboa, para estudar agronomia. De acordo com António Tomás:

A passagem pela CEI era obrigatória. Esta instituição assumiu como seu principal objetivo a criação de condições mínimas para que os jovens estudantes vindos de África pudessem prosseguir os seus estudos sem grandes sobressaltos. A organização ajudava os estudantes a encontrar alojamento, oferecia refeições económicas e dispunha de um posto médico [...] (TOMÁS, 2008, P.62).

A chegada de Cabral em Lisboa em 1945, culminou precisamente com a época do fim da Guerra na Europa contra o eixo nazi-fascista, quando se generalizou a ideia de que a Humanidade iria finalmente viver um período de democracia, liberdade e paz (MEDEIROS, 2014, P.39). Também, foi o ano da assinatura da Carta das Nações Unidas, na qual se inscreve como inalienável o direito dos povos à autodeterminação e independência (TOMÁS, 2008, p, 58). Apesar disso, Salazar não estava interessado na nova realidade e continuava a sua política de opressão, contudo isso, permitiu com que a oposição portuguesa se mobilizasse em torno da queda do regime “fascista”, a abertura democrática e convocatória das eleições livres. A excessiva pressão da oposição fez com que Salazar convocasse a eleição legislativa para 18 de Novembro de 1945.

O núcleo dos estudantes africanos, ou seja, os mais protagonistas, nomeadamente, Amílcar Cabral, Agostinho Neto, Mário Pinto de Andrade, Vasco Cabral, Marcelino dos Santos, tiveram uma participação ativa na luta da oposição portuguesa “antifascista”. Por outro lado, talvez achassem que a libertação do povo português seria também a libertação dos africanos, de forma que arriscaram as suas vidas na “luta antifascista” lado a lado com os movimentos de esquerda, nomeadamente o PCP (Partido Comunista Português) e a MUD/juvenil (Movimento Juvenil de Unidade Democrática) e, por consequência, todos eles que referimos acima, foram presos pelo regime com exceção de Amílcar Cabral. A participação na militância “antifascista” lhes rendeu muita experiência como os próprios confirmam. Por exemplo, disse o angolano Mário de Andrade:

Nós participávamos como estudantes na atividade dos democratas, ganhávamos também experiência de certo tipo de trabalho, chamado clandestino [...] procurando enganar a vigilância da PIDE, organizando passeios, por exemplo, mudando de casa, distribuindo panfletos, pela calada da noite.

Para o angolano Agostinho Neto, esta experiência foi exemplar, fazendo com que muitos africanos oriundos das colônias portuguesas militassem no MUDJ, conscientes de que contribuiriam para a queda do fascismo e para a melhoria das condições de vida nas colônias [...] (MEDEIROS, 2014, p.41-42).

O autor continua relatando o discurso de Cabral, em 1970 num artigo publicado na revista cubana *Pensamiento Crítico*, onde descreve o seguinte:

Hemos desarrollado nuestro partido, en consonancia con la realidad de nuestro país y con las exigencias de la lucha, pero, evidentemente, algunos de nosotros, conocemos ciertas experiencias partidarias, sobre todo de la clandestinidad en Portugal (SOUSA, 2016, P.123).

Uma vez que, perceberam que a luta “antifascista” na qual estavam empenhados não devia ser a prioridade e por algum momento sentiram-se isolados, tiveram que desenvolver uma personalidade peculiar. Como diria Che Guevara, um dos protagonistas da revolução cubana que “o homem deixa de ser escravo e instrumento do meio e converte-se em arquiteto do seu próprio destino” (MEDEIROS, 2014, P.42). Esse destino seria a busca de identidade, assim, como diria Cabral, pela “africanização dos espíritos”, isto deve-se por influência da negritude e do pan-africanismo.

Em conformidade com o António Tomás (2008), assim, pela “africanização dos espíritos”, cortava-se um vínculo cultural com Portugal e reclamava-se uma herança que precedia a chegada dos europeus à África: a herança negra (TOMÁS, 2008, p.65).

Africanizar os espíritos, mais do que tudo, significava colocar-se em sintonia com uma grande e emergente irmandade: a dos homens negros espalhados pelo mundo.

A história deste movimento, o pan-africanismo, já nesta altura remontava a mais de cem anos atrás. A 1 de Janeiro de 1804, o Haiti torna-se a primeira nação negra a alcançar a independência, depois de uma bem-sucedida revolta de escravos ter expulsado o exército francês. Este momento histórico tem profundas repercussões, tanto em sociedades escravagistas, como o Brasil ou os Estados Unidos, sociedades

coloniais, como grandes partes de África. Para muitos negros, tinha chegado a hora da liberdade [...] (TOMÁS, 2008, p.66).

Como referimos acima que, por conseguinte, o núcleo seguiu o novo rumo que é da busca de identidade e libertação do Homem africano que o colonialismo vinha inferiorizando. No entanto, decidiu viabilizar a luta criando o Centro dos Estudos Africanos (CEA) em Portugal, em 1951, o Movimento de Libertação Nacional das Colónias Portuguesa (MLNCP) em Paris (França), em 1957, o Movimento Anti-Colonialista (MAC) em Lisboa (Portugal), em 1958, e a Frente Revolucionária Africana para a Independência (FRAIN) em Tunes (Tunísia), em 1960, contudo, não se pode dizer que, de 1949 a 1959, tenha sido fácil aos africanos desligarem-se completamente da “luta antifascista” (SOUSA, 2016, p.123).

O governo Salazarista ao perceber da dinâmica do grupo de Amílcar Cabral, de fazer a luta clandestina para o derrube do regime, apertara a alerta máxima e iniciara a vigilância e perseguição que obrigaria o grupo a dispersar, ou simplesmente, a abandonar Lisboa e tentar outros meios para o derrube do colonialismo.

A militância no movimento antifascista rendeu muita experiência e conhecimento, no entanto, o movimento do pan-africanismo e da negritude teve um papel capital na conscientização ideológica e cultural de Amílcar Cabral e os seus colegas. Como afirma Sousa (2016), tal como o movimento da negritude, o pan-africanismo contribuiu para o estudo da história e da cultura africana, pré-colonial e colonial, e para o conhecimento e exaltação das raízes africanas completamente marginalizadas e apagadas pelo colonizador, isto é, em relação a diáspora negra (SOUSA, 2016, p.132). Cabral teve oportunidade de ler vários escritos de autores como, o advogado de Trindade e Tobago, Henry Sylvester Williams, considerado o precursor do movimento pan-africanista que surgiu nos finais do século XIX, assim como teve oportunidade de ler os poemas e os escritos do norte-americano W.E. Burghardt Dubois que por muitos é o pai do pan-africanismo, do Kwame Nkrumah, Frantz Fanon, Marcos Mosiah Garvey, e Edward Blyden. O contato de Amílcar Cabral com o ideário pan-africanista só pode ter acontecido em Portugal, nos finais dos anos 40, através do movimento da negritude fundado em Paris por Aimé Césaire (Martinica), Léon Damas (Guiana francesa) e Léopold Sédar Senghor (Senegal) nos finais dos anos 30 (SOUSA, 2016, 131).

Após terminar a licenciatura em Agronomia, em 1952, na qual defendeu a tese intitulada “O estudo da erosão e defesa da terra na região de Cuba (Alentejo)” e

obteve a média de 18 valores. Cabral podia até trabalhar em Lisboa, e ser professor do Instituto Superior de Agronomia (ISA) onde recebeu o título de engenheiro agrônomo, porém, em virtude de vários bloqueios do governo português de conceder uma vaga de trabalho aos “negros”, neste caso, aos africanos oriundos das colônias, no caso de Cabral, talvez fosse por sua militância na luta “antifascista”. Todavia, tudo indica que não era fácil para os africanos conseguirem emprego nos seus próprios países, visto que, no que diz respeito ao futuro líder do PAIGC, como conta a sua primeira esposa, a portuguesa Maria Helena, Cabral chegou a concorrer a “todos os concursos de África que apareciam”. Inclusive candidatou-se para a junta de exportações do café de Cabo Verde, hipótese que Cabral havia enjeitado por duas vezes, mas nunca conseguiu lugar (SOUSA, 2016, p.155).

Esse é um dos fatores que leva muita gente a acreditar que Amílcar Cabral se interessava mais por Cabo Verde do que pela Guiné, a sua terra natal, onde se envolverá ativamente no nacionalismo.

Finalmente, em 21 de Setembro de 1952, Cabral regressa à Guiné a sua terra natal para cumprir o contrato de trabalho na Repartição dos Serviços Agrícolas e Florestais, em Pessubé, mas como engenheiro agrônomo de segunda classe. Ele foi o responsável pelo recenseamento agrícola, efetuado, sobretudo em 1953 e 1954. Como exposto, Cabral saiu muito cedo da Guiné, quando apenas tinha 8 anos, fato que o deixou em desvantagem sobre a situação do país que lhe viu nascer. É a partir deste momento de recenseamento agrícola que Cabral vai aproximando do seu povo e inteirando da situação. Em 1954, Amílcar Cabral pretendeu com alguns amigos constituir uma associação desportiva e recreativa de africanos, porém a pretensão foi indeferida; e por coincidência, nesse mesmo ano foi criado o Movimento para a Independência Nacional da Guiné (MING), dirigido por Rafael Barbosa.

A partir desse momento, vários grupos puseram-se em movimento, e começara a agitação política. Em março de 1956, deu-se uma greve de carregadores da empresa Casa Gouveia, no mesmo ano nasceu o Movimento de Libertação da Guiné (MLG) e lançaram-se as bases do PAI - Partido Africano para a Independência- (...), será desta formação política que irá ser fundado o PAIGC, uns anos mais tarde (SILVA; SANTOS, 2014, p.35)

O PAIGC, pode assim dizer, é o fruto da experiência de Amílcar Cabral em Lisboa, na época da sua formação acadêmica na área de engenharia agrônomo, em 1945 a 1952, que colocou na prática após o seu regresso a sua terra natal, a Guiné,

em 1952. Cabral já vinha para Guiné com uma bagagem política enorme da criação de um movimento que devia acabar com a dominação colonial portuguesa. O PAIGC surgiu entre vários encontros clandestinos organizados por Amílcar Cabral, que no início parecia uma coisa que não teria pernas compridas para andar, mas enfim com muito esforço e dedicação conseguiu afirmar-se como o partido de libertação da Guiné e Cabo Verde.

Segundo a historiografia oficial, o Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC) foi fundado por Amílcar Cabral e mais cinco ativistas, nomeadamente, Rafael Barbosa, Aristides Pereira, Luís Cabral, Fernando Fortes e Elisée Turpin, em Bissau, em 1956. Em 1960, o PAIGC estabeleceu a sua sede em Conacri. Três anos depois, concretamente em 23 de Janeiro de 1963, o PAIGC iniciou a luta armada contra as tropas da ditadura salazarista de Portugal na Guiné. Como já referido, inicialmente o partido era designado de Partido Africano para a Independência (PAI), sigla que sofreu um acréscimo de duas letras no final, na reunião de dirigentes em Dacar, em 1960, segundo o António E. Duarte Silva (2010, p.120):

A adoção da nova sigla PAIGC em substituição da anterior PAI, sobretudo para reafirmar o seu carácter nacional (demarcando-se do homónimo PAI senegalês) e a política da Unidade Guiné-Cabo Verde (que voltara a ser discutida e tinha sido decisiva aquando da integração dos membros do MLG), (SILVA, 2010, p.120).

No que diz respeito aos vários movimentos, pode-se considerar que o PAIGC foi o movimento que mais sucesso teve, pois, além de conseguir libertar dois países, a Guiné-Bissau foi a primeira colónia portuguesa a ter proclamada a sua independência em 24 de setembro de 1973 unilateralmente, que Portugal só considerou, depois da queda da ditadura salazarista, em 10 de setembro de 1974. Não obstante tanto esforço do Cabral de lutar pela independência do seu povo de Guiné e Cabo Verde, ele acabou por morrer antes que isso aconteça. Foi precisamente no dia 20 de Janeiro de 1973, quando regressava duma recepção na Embaixada de Polónia em Conakry (SOUSA, 2016, p. 519).

Embora, sabe-se que foi morto à tiros pelos próprios guineenses, entretanto, não se sabe de certeza a mando de quem. Sendo Amílcar Cabral um líder revolucionário idolatrado em todo o mundo, as atenções viravam-se para PIDE, Sékou Touré, para um ajuste de contas a partir das contradições internas no seio do partido,

ou ainda para ação isolada dum pequeno grupo de tresloucados, instrumentalizados pelo general António de Spínola (MEDEIROS,2014, p.118).

### **3 UNIDADE ENTRE GUINÉ E CABO VERDE**

A unidade entre Guiné e Cabo Verde, foi um dos objetivos fundamentais do Amílcar Cabral e do PAIGC na luta pela independência e assim pela formação do novo Estado Independente.

Ambos os países, a Guiné e Cabo Verde, fazem parte dos países que constituem a região da África Ocidental. São países um pouco distante um do outro e muito pequenos geograficamente, sendo que o segundo, ou seja, Cabo Verde é um arquipélago é composto por um conjunto de dez ilhas. A sua superfície é de apenas 4 mil km<sup>2</sup>. As maiores ilhas são a de Santiago, onde situa a capital do país, Praia, e a ilha de Santo Antão. Cabo Verde é um arquipélago vulcânico situado no Oceano Atlântico com poucos recursos naturais (VISENTINI, 2012, p.76). Historicamente, era uma ilha desabitada, até a instalação dos portugueses no século XV, tendo em conta a sua localização geográfica, servindo inicialmente do entreposto comercial de escravos. No século XVI, a convivência e mestiçagem entre brancos e africanos resultou na emergência de uma sociedade crioula com a sua própria cultura e língua.

Para Sousa (2016, p.221), os projetos de uniões regionais e sub-regionais, nomeadamente entre a Guiné-Conakry e o Gana, não passaram despercebidos a Amílcar Cabral, pois, ele acompanhou de perto esse processo. Para muitos autores foi isso que impulsionou Cabral a partir já de 1959 ter ideia do projeto federalista entre a Guiné-Bissau e Cabo Verde (SOUSA, 2016, p.222), muito embora já existisse a união administrativa entre esses dois territórios desde o século XVI até 1879, ano da criação da colônia Guiné portuguesa. No programa apresentado por Amílcar Cabral à III conferência dos povos Africanos, realizada no Cairo, de 23 a 25 Março de 1961, preconizava-se pela primeira vez publicamente a unidade da Guiné e de Cabo Verde durante a luta e a união orgânica depois da independência (SOUSA, 2016, p.222).

Já nos finais da década de 50, principalmente após a independência do Gana e da Guiné-Conakry em 1957 e 1958, respectivamente, emergiu o interesse da união entre os países africanos, no sentido de fortificar a luta contra o colonialismo e neocolonialismo europeu.

A 23 de Novembro de 1958, a Guiné Conakry e o Gana manifestaram a sua intenção de se unir e, na II Conferência dos Povos Africanos de Accra, realizada de 6 a 13 de Dezembro daquele ano, incentivaram o reagrupamento dos países africanos independentes, designadamente em federações regionais progressivas ou em confederações de vários Estados (SOUSA,2016, p. 219).

Procurava-se, com estes projetos de unidade regional, contrariar a lógica de desunião engendrada pelo imperialismo e pelo colonialismo, evitar o isolamento e garantir a sobrevivência política e econômica dos Estados emergentes no contexto das independências (SOUSA, 2016, p. 219).

Os líderes africanos acreditavam que só a união entre os africanos é que podiam criar uma política sólida contra o colonialismo e o neocolonialismo, foi a partir dessa emergência que resultou a criação, em Adis-Abeba, Etiópia, a 25 de Maio de 1963, a Organização da Unidade Africana (OUA), que tem dentre seus objetivos, desde promoção da unidade dos Estados africanos e assim lutar pela independência dos mesmos, também criar condições para que os Estados africanos desenvolvam de melhor maneira possível. Num artigo publicado no jornal argelino, *Révolution Africaine*, a 29 de Junho de 1963, Cabral considerava a criação desta organização como “o acontecimento mais importante da África moderna e contemporânea”[...] (SOUSA, 2016, p.221).

O fato de Cabral se inspirou nas uniões dos outros países na altura, isso não lhe tira o mérito de conseguir algo sem precedentes que é a libertação da Guiné e Cabo Verde, algo que na altura mobilizou muitos países internacionais a terem atenção na luta de independência liderada por ele e seu partido PAIGC. Em todas as conferências que tomara parte Cabral reforçava essa ideia de “estado união”.

A grande justificativa de Amílcar Cabral a respeito dessa união dava-se por questão histórica, étnica, social, econômica e cultural entre os dois países, segundo ele considerando que Cabo Verde foi uma colônia de povoamento, por conseguinte, parte da sua população era oriunda da antiga Guiné, na qual a atual Guiné-Portuguesa fazia parte.

Segundo Cabral, qualquer pessoa que não seja ignorante e que estuda os problemas a sério, que conhece a história a sério, que conhece tanto relativamente às raças da sua terra, tanto na Guiné como em Cabo Verde, como à história colonial, essa pessoa, se tem de fato interesse em que o seu povo avance para frente, tem que ser a favor da unidade da Guiné e Cabo Verde. [...], qualquer pessoa quer lutar a sério

como o PAIGC conseguiu lutar e está a lutar, para realizar uma coisa, na análise, estudando o problema a fundo é o seguinte: não era possível a luta na Guiné, se não fosse junto, unido- PAIGC.- não era possível luta em Cabo Verde, se não fosse junto, unido-PAIGC. Destaca o líder da revolução A. Cabral: “Vocês sabem, camaradas, qual é a prova concreta disso? Por exemplo: não há movimento nenhum que tenha dito: - para nós só filhos da Guiné- e que tenha avançado. Vocês conhecem alguém?” (CABRAL, 1974, p.17).

Na ocasião o líder da revolução salienta, que não há movimento em Cabo Verde, só de filhos de Cabo Verde, que tenha avançado, não há nenhum. Ainda afirma ele:

Isso quer dizer que a nossa análise foi certa, justa, sobretudo se tivermos em vista as perspectivas como entidade econômica e política viável em África, capaz de fato de realizar uma vida nova. Claro que todos aqueles que lutam pela unidade africana, entendem que nós somos o único exemplo, com a Tanzânia que resultou da União Tanganica com Zanzibar, que luta de fato pela unidade africana. Mas não existe um problema verdadeiro de lutar pela unidade da Guiné e Cabo Verde, porque, por natureza, por história, por geografia, por tendência econômica, por tudo, até por sangue, a Guiné e Cabo Verde são um só. Só quem for ignorante é que não sabe isso (CABRAL, 1974, p.17-18).

Como já dito, pode-se considerar o PAIGC como sendo o movimento que mais sucesso teve nas colônias portuguesas, por ter conseguido além de controlar o território guineense no curto prazo de tempo, conseguiu atingir o seu objetivo de libertar a Guiné-Bissau e Cabo Verde, contudo isso não acontecesse de forma homogênea, pois, a Guiné-Bissau se declarou independente unilateralmente 24 de setembro de 1973, que Portugal só reconheceu em 1974. Em quanto que Cabo Verde só conseguiu a sua independência 5 de julho de 1975, depois de negociações com o novo governo português. A independência tornou-se no algo auspicioso para o começo de uma nova era.

Após a independência, de tanta euforia parece que o PAIGC se esqueceu dos princípios que regem o partido, começaram às “caças às bruxas”, fuzilamentos, e divergência no seio do partido. A gestão do Luís Cabral, o primeiro presidente da República da Guiné-Bissau foi marcada por muita instabilidade e uma série de assassinatos de líderes antes irmanados na luta (AUGEL, 2007, p.62). Todavia não quer isso dizer que essa atitude não acontecera durante luta pela independência, se

o próprio líder Amílcar Cabral foi morto por essas manobras. A despeito disso, houve uma resiliência pela conquista da independência.

Ora tudo indica que o problema maior não residia na “unidade e luta” para defrontar o colonialismo, outrossim, residia na “luta” para formação da “unidade” endógena. Como dizia Cabral:

[...], unidade e luta quer dizer que para lutar é preciso unidade, mas para ter unidade é preciso lutar. E isso significa que mesmo entre nós, nós lutamos; talvez os camaradas não tenham compreendido bem. O significado da nossa luta, não é só em relação ao colonialismo, é também em relação a nós mesmos. Unidade e luta. Unidade para lutarmos contra o colonialista e luta para realizarmos a nossa unidade, para construirmos a nossa terra como deve ser. (CABRAL, 1974, p.8).

Sucedo também que, ao mesmo tempo em que constituía um fator de força para o PAIGC, a unidade Guiné-Cabo Verde tornou-se, desde cedo, no calcanhar de Aquiles desse partido (LOPES, 2002, p.644). Foi sempre explorada como fonte de divisão pelos adversários do PAIGC. Crescia muito a dissidência no seio do partido, ainda que, para Abílio Duarte, não obstante a propaganda anti-PAIGC, os antagonismos entre cabo-verdianos e guineenses situavam-se nas cidades. Afirma ele “ nas zonas rurais, o problema nunca se pôs, era um problema da pequena burguesia guineense[...]. Os camponeses guineenses não tinham absolutamente nada contra os cabo-verdianos” (LOPES, 2002, p.644). Ao contrário dele, o João Bernardo Vieira asseverou que os guineenses eram apenas reconhecidos na frente de combate, mas eram os cabo-verdianos que assumiam todos os cargos e mais privilégios (TEIXEIRA, 2015, p.196). Essa ideia era comungada por muitos guineenses na altura que defendiam, numa versão corrigida, a favor da “unidade na igualdade”. Na verdade, o relacionamento entre os dirigentes guineenses e cabo-verdianos, a nível superior, tinha chegado ao extremo da desconfiança (LOPES, J.V., 2002, p.651). Descreve José Vicente Lopes (2002):

E é percebendo isso que, no III Congresso do PAIGC, Aristides Pereira chama atenção dos delegados para os desvios que se vinham operando no seio do partido. Principalmente no caso da Guiné, fala-se de corrupção, no uso excessivo da força e noutros males típicos de países africanos recém-independentes. As palavras de Pereira são, no entanto, interpretadas como mero cumprimento de uma praxe partidária. Nada de concreto é feito contra os tais desvios (LOPES, J.V., 2002, p.649).

É sabido que houve muitas contradições durante a luta e após a luta que serviu de precedentes que originaram no primeiro golpe de estado em 14 de novembro de 1980. Este golpe foi denominado o “Movimento Reajustador”, liderado pelo então Primeiro-Ministro João Bernardo Vieira, um dos principais estrategistas das lutas libertárias, guerrilheiro legendário, herói nacional igualmente carismático, um dos braços fortes do PAIGC (AUGEL, 2007, p.63).

Na altura, o “Movimento Reajustador” foi recebido com muitas manifestações nacionalistas e populistas, marcadas pela rejeição dos *burmedjos* (mestiços de origem cabo-verdiana), reivindicando uma segunda libertação dos guineenses (SILVA, 2010, p.195). Isso contribuirá contundentemente na cisão da união entre Guiné e Cabo Verde. Realmente isso constituiu num enredo que até então não se sabe a verossimilhança de todo esse imbróglio, visto que os guineenses alegavam falta de oportunidades no aparelho do estado e os cabo-verdianos alegavam ambições de alguns guineenses. Cabral outrora chamava a atenção na existência dessa contradição e apelava a união e combate da mesma.

Para alguns estudiosos, como no caso do sociólogo guineense, Carlos Lopes, o 14 de Novembro é a conseqüência da descaracterização ideológica por que foi passando o regime de Luís Cabral, o mesmo foi dito por Aristides Pereira, que via no golpe como conseqüência da política errada do seu patrício (LOPES, 2002, p.653). Contudo, reconheciam também a discrepância das realidades que se foram construindo na Guiné e em Cabo Verde, aponta Pedro Pires:

O 14 de Novembro foi o desfecho de uma situação contraditória, duas realidades que se foram desenvolvendo e que, em vez de se aproximarem, se afastaram. Teria de ser assim. Não havendo 14 de Novembro, talvez viesse a acontecer uma outra coisa. Sabíamos, entre nós, que havia qualquer coisa que não marcha bem (LOPES, J.V., 2002, p.649).

O País passou a ser dirigido por militares, por Conselho da Revolução (CR) que, no entanto, manteve as estruturas partidárias e não defendeu alternativa política, ideológica ou programática, limitando-se, de imediato, a um genérico propósito de “reajustamento” (SILVA, 2010, p.195). Após um ano, ocorreu o I Congresso Extraordinário do PAIGC, em Bissau, de 8 a 14 de Novembro de 1981, com o objetivo de discutir a situação que o país atravessava e marcado por três tópicos: (1) reafirmação do caráter transitório do “Movimento Reajustador”; (2) preservação do

PAIGC como «força, luz e guia»; e (3) fim do projeto histórico da Unidade Guiné-Cabo Verde (SILVA, 2010, p.197). Ainda de acordo com o Silva, neste congresso:

Foram aprovadas 12 *resoluções* e 3 *Moções* (entre estas, a que expulsou Aristides Pereira, Luís Cabral e «todos os militantes do PAIGC que tomaram posições dissidentes ao participar na criação do PAICV» e retirando-lhes, também o estatuto de “Combatentes da Liberdade da Pátria” [...] libertação do Luís Cabral e outros presos políticos. [...] a *Resolução III* (que decide manter o PAIGC, reestruturado como partido nacional), a *Resolução IV* (que reafirma quer «a essência do PAIGC como movimento de libertação nacional no poder», quer a forma de governo da «democracia nacional revolucionária», quer o princípio político-partidário do «centralismo democrático») e a *Resolução VIII* (considera a agricultura como atividade econômica «básica e primordial») (SILVA, 2010, p.197).

Após tendo tudo sob controle, tudo indica que a ausência de uma liderança condigna levou a situação por vias indesejáveis. Porque, como ilustrou Augel:

A primeira década desse segundo governo foi marcada por tensões de ordem tribalista que, sem liderança de Amílcar Cabral, se mostraram difíceis de serem contornadas. A 17 de Novembro de 1986, as tensões se concretizaram, provocando uma série de prisões e de execuções de líderes políticos, e essas mortes ainda hoje pairam como uma sombra na história do PAIGC e de seus governantes (AUGEL, 2007, p.63).

Na inércia da união entre Guiné e Cabo Verde, aliás de pouca duração, por apenas cinco anos, o propósito do meu trabalho é procurar descobrir o que realmente foram feitas tanto no plano social, cultural, econômico e administrativo que simbolizava a união entre esses dois territórios divididos pelo mar.

#### **4 TRANSIÇÃO SOCIALISTA (“SUICÍDIO” DA PEQUENA BURGUESIA E CRIAÇÃO DO “HOMEM NOVO”)**

Como diz Sousa (2016), Amílcar Cabral foi um dos poucos líderes a se debruçar sobre o desenvolvimento do Estado na situação colonial e neocolonial. Ele não se preocupava somente com momento da revolução contra o imperialismo, ainda que considerasse que o problema maior seria a construção do novo Estado.

A construção do novo Estado era a maior preocupação de Cabral, que queria libertar a Guiné e Cabo Verde definitivamente do colonialismo português, para isso,

projetou tanto no plano social, econômico e cultural como seria o futuro da Guiné e Cabo Verde com o PAIGC após a independência.

O regime colonial criou “classes” nas colônias, havia muita desigualdade social, criou o estatuto de “indigenato”, em 1954, que diferenciava e fortificava a “luta de classes”. Em consonância com o artigo 1.º do estatuto, a sua alegada criação tende ao fato de os nativos das províncias portuguesas da África continental se encontrarem ainda em determinado grau inferior de civilização implica a necessidade de se processar um ordenamento jurídico adequado à possibilidade de efetivação de poderes e deveres por parte desses nativos (FERREIRA; VEIGA, 1957, p.11).

Conforme (FERREIRA; VEIGA, 1957, p.112) o estatuto refere no seu artigo 56.º e nas suas alíneas (condições de aquisição da cidadania pelos indígenas):

- a) Ter mais de 18 anos;
- b) Falar corretamente a língua portuguesa;
- c) Exercer profissão, arte ou ofício de que aufera rendimento necessário para o sustento próprio e das pessoas da família a seu cargo, ou possuir bens suficientes para o mesmo fim;
- d) Ter bom comportamento e ter adquirido as ilustrações e os hábitos pressupostos para a integral a aplicação do direito público e privado dos cidadãos portugueses;
- e) Não ter sido notado como refratário ao serviço militar nem dado como desertor.

Portanto, para o líder do PAIGC a vitória sobre as “forças de repressão da burguesia” obrigaria a “nação” independente a optar por uma das duas vias possíveis: o regresso à “dominação imperialista” (isto é, ao neocolonialismo) ou à via socialista (SOUSA, 2016, p.438). Contudo ele apontava a sociedade socialista como um fim último da evolução humana e o único caminho para compensar o esforço desencadeado para a extinção do imperialismo. Como consta Sousa:

Na Conferência Tricontinental de Havana, em 1966, ao abordar a questão da implantação do socialismo, Cabral admitia que, para que a independência fosse real, tinha que conduzir inevitavelmente a uma sociedade socialista na qual, em sua opinião, entre muitas outras conquistas, haveria “justiça social”, “desenvolvimento econômico”, “liberdade democráticas e sindicais”,

“igualdade dos cidadãos perante a lei”, “liquidação da miséria”, da “ignorância”, “do medo” e “do analfabetismo” (SOUSA, 2016, p.439).

Todavia, para que o socialismo impere, de acordo com Cabral, tudo dependeria da forma da luta e do grau da consciência revolucionária dos que estão à testa do país, igualmente, ele tinha uma grande certeza de que o capitalismo não seria favorável ao seu país após a independência. No entanto, para que isso aconteça se vejamos bem, tendo em conta as realidades socioeconômicas da Guiné, Cabral confiou os poderes a pequena burguesia considerando-a a única classe capaz de tomar o poder no momento da independência (LOPES, 2012, p.81).

Na ausência da “classe operária” devido ao baixo nível das “forças produtivas”, Cabral confiava à “pequena burguesia” guineense e cabo-verdiana a difícil tarefa de consolidar a construção do socialismo, depois de conquistada a independência [...] como o próprio Cabral admitia, esta “classe” formou-se, desde muito cedo ao serviço do colonialismo, que nunca consentiu a emergência duma pseudo-burguesia nativa e de uma “classe operária”, antes do desencadeamento da luta armada (SOUSA, 2016, p. 447).

Essa classe na qual o próprio Amílcar Cabral fazia parte, surgiu através dos privilégios do jogo colonial, com o propósito de formar classes subalternas a fim de realizarem trabalhos administrativos. Ao passo que as outras camadas sociais, nomeadamente os camponeses não gozavam desses privilégios, o nível de escolaridade era baixo, para não generalizar que na sua maioria, o campesinato era analfabeto, não dispunham duma relação estreito com o colonizador, como mantivera a pequena burguesia com este. Na ausência destes requisitos Cabral acreditava que a única “classe” que tinha a consciência política por razões históricas a condição de dirigir o país no estado pós-colonial era a “pequena-burguesia autóctone”.

Para não trair a “revolução” e os objetivos da libertação nacional, a pequena burguesia deveria, na opinião de Cabral, “reforçar a sua consciência revolucionária”, repudiar as tentações de “emburguesamento” e as solicitações naturais da sua mentalidade de “classe”, o que significa que teria que identificar-se com as “classes trabalhadoras” e não se “opor ao desenvolvimento normal do processo da revolução” (SOUSA, 2016, p.449). Com isso, Cabral exigia na fase da independência e da construção do estado nacional, uma solução à “pequena burguesia”: que se “suicidasse” enquanto “classe”, a fim de evitar a sua conversão a uma burguesia convencional ao serviço do neo-imperialismo [...] (SOUSA, 2016, p.449-450).

Com a situação socioeconômica e política da Guiné-Bissau após a independência, a questão que se coloca, é que será que houve o suicídio da pequena burguesia com a incursão da ideologia promulgada pelo líder Cabral? Indaga a outrora. Será que a pequena burguesia estava tão interessada em implementar o socialismo na Guiné-Bissau? Será que traíram a revolução como dizia Cabral? Essas são as indagações. Outrossim, também é necessário trazeremos para o nosso trabalho outras análises críticas do pensamento de Cabral, igual a análise crítico que a Gomes trouxe no seu trabalho da obra Ricardo Godinho Gomes que refere que:

[...]Cabral falhou quando apostou no suicídio da burguesia, sem a qual, nos casos específicos da Guiné e Cabo-Verde, teria sido extremamente difícil (senão impossível) levar a cabo a revolução a que propunha o partido. Na sua análise aponta o facto de, se por um lado Cabral acertou no papel criador que atribuiu à pequena burguesia na estruturação da ação do PAIGC, falhou ao impor como condição para o sucesso de tal empreendimento o suicídio da mesma e sua fusão com o campesinato. [...] salienta que ao tentar condicionar essa burguesia grande parte da massa reflexiva do partido ao suicídio de classe, Cabral sobreestimou-a e foi condescendente relativamente aos que nela não se incluíam referimo-nos ao campesinato e ao lumpen-proletariado Bissau-guineenses (GOMES, 2010, p.48).

#### 4.1 TRANSFORMAÇÃO DO SISTEMA ECONÔMICO

Acredita-se que nenhum país desenvolve quando a sua economia for precária, razões que a transformação do sistema econômico torna-se num dos objetivos inestimáveis para implementação do socialismo no novo Estado Independente.

Para o líder do PAIGC, no futuro Estado Independente era necessário liquidar o sistema econômico colonialista e ter uma autonomia econômica como explicitou o Lopes, C. (2012, p. 120):

De fato, a questão fundamental que Cabral levanta é saber se um Estado Independente, baseando no mesmo sistema de exploração econômica, como o Estado Colonial, poderia satisfazer as necessidades básicas dos operários e dos camponeses.

A sua própria resposta a essa questão na negativa é consistente com a sua orientação prática para destruir a economia do inimigo e construir a nossa própria economia, afirma Lopes, C. (2012, p.120). Ao sublinhar a incompatibilidade existente entre a economia colonial e a máquina do Estado herdadas e as necessidades e aspirações das massas africanas, Cabral mostra que há uma escolha a ser feita pela

nova classe dirigente entre o povo e as suas aspirações, por um lado, e o sistema mundial e os seus constrangimentos, por outro. Para Amílcar, a política econômica do Estado africano deve responder as mais profundas aspirações do povo e não ao interesse das classes dominantes do sistema mundial, juntamente com as políticas antissociais das instituições financeiras sob seu controle (LOPES, 2012, p.120).

Porém, pode-se ainda encontrar numa forma mais explícita no programa do PAIGC do ano 1973, no entanto, tratar-se-á aqui de alguns objetivos que por conveniência, conforme o estatuto do partido se destaca como importantes e chaves segundo o próprio PAIGC e Amílcar Cabral por uma independência econômica, entre os quais, podem ser listadas diretrizes como segundo ANDRADE, (1973, p.6):

- Liquidação de todas as relações econômicas do tipo colonialista e imperialista. Conquista da independência econômica para a Guiné e Cabo Verde;
- Planificação e desenvolvimento harmonioso da economia. A atividade econômica será dirigida segundo o princípio do centralismo democrático;
- Desenvolvimento e modernização da agricultura. Transformação do sistema de cultivo da terra de modo a acabar com a monocultura e a obrigatoriedade e da cultura de mancará na Guiné;
- Na Guiné, aproveitamento das estruturas agrárias tradicionais e criação de novas estruturas, de modo a permitir que a exploração da terra beneficie no máximo o progresso do povo;
- Desenvolvimento da indústria e do comércio, em bases modernas. Estabelecimento progressivo de empresas industriais e comerciais do Estado. Desenvolvimento do artesanato africano. Controle do comércio exterior e coordenação do comércio interior pelo Estado. Ajustamento e estabilização dos preços;
- Harmonia entre as atividades econômicas das cidades e do campo;
- Equilíbrio orçamental. Criação de novo sistema fiscal. Criação da moeda nacional, estabilizada e livre da inflação;

As diretrizes acima listadas pelo autor representam as aspirações trazidas no projeto político de Amílcar Cabral para a emancipação do povo e a sua liberdade incondicional e desenvolvimento socioeconômico.

Durante os três primeiros anos da independência, em que muitos denominam de tempo de inocência, é uma época de sonhos e promessas, posto que, as autoridades do novo Estado falam em grandes opções econômico, acreditam que o futuro está prenhe de sucessos, idealizaram projetos para o setor agrícola e indústria (SILVA; SANTOS, 2014, p. 254), com o intuito de honrar o objetivo do PAIGC para o progresso econômico, que passa por conquista da independência econômica e rejeição do neocolonialismo.

Na percepção de Silva e Santos (2014) a inexperiência da governação, a clamorosa falta de quadros preparados para as múltiplas atividades da Administração, a megalomania, a mera inépcia e o desconhecimento das realidades políticas financeiras, econômicas e sociais da Guiné-Bissau levaram os governantes a cometerem erros estratégicos graves e a enveredarem por uma via de industrialização acelerada.

[...] a criação do Complexo Agroindustrial do Cumeré, para a transformações de produtos locais, a fábrica de leite Blufo, a fábrica de compotas e sumos Titina Silá, em Bolama; a fábrica de montagem de automóveis N'haie (Citroen) e Volvo; a fábrica de camisas Bambi; a fábrica de plástico; a fábrica de algodão e muitos projetos agrícolas e no setor de turismo garantidos por financiamentos externos (SILVA; SANTOS, 2014, p.249).

Não obstante enormes esforços empreendidos existem numerosos críticos da industrialização levado a cabo pelo governo do Luís Cabral. O então ministro da Coordenação Econômica e do Plano, Vasco Cabral acusa o Luís Cabral por uma má governação que conduziu o país a crise, por ter optado por uma industrialização acelerada e sem avaliação do seu Ministério que é responsável da aprovação dos projetos. Assegurou Vasco Cabral “Nós, do plano, defendíamos que não se devia optar por grandes unidades e que era preciso evitar projetos que nos deixassem dependentes do exterior em matéria de peças de reposição, que é ainda hoje o principal problema dos nossos países” (LOPES, J.V., 2002, p.654).

Certificou Vasco Cabral que foi com a sua insistência que conseguiu desfazer alguns projetos desenhados por Luís Cabral, entre os quais a ideia de ligar ilhas de Bijagós por *hoovercrafts* e o projeto de produção de cana sacarina, destinado a produzir mais de 60 mil toneladas de açúcar.

Afirma Vasco Cabral:

Era uma coisa completamente inviável, excedia inclusive a capacidade de consumo da Guiné e de Cabo Verde, numa região em que vários países produzem açúcar. Consegui que esse projeto fosse chumbado, mesmo entre nós. Outros projetos, como o da montagem de automóveis, foram chumbados e, mesmo assim, levados avante (LOPES, J.V., 2002, p.654).

Vasco Cabral esclarece que não era contra a industrialização, mesmo que acelerada, da Guiné, mas que eram necessários especiais cuidados para evitar o que acabou por acontecer. O ministro do Plano refere que as prioridades para o desenvolvimento passavam por: aumentar a produção agrícola, desenvolver o potencial energético do país e fomentar as comunicações, criar pequenas industriais ligadas aos recursos locais, vencer o analfabetismo e melhorar as condições sanitárias da vida da população. Havia a promessa de investimento estrangeiro (SILVA, SANTOS, 2014, p.255).

Entretanto, o novo Estado Independente recebia muitas ajudas internacionais, que, geralmente, são mal aproveitadas. E o estado endividava-se dia após dia. Segundo Julião S. Sousa, citado por (SILVA, SANTOS, 2014,), “O endividamento externo do Estado que chegou a atingir 90% entre 1975 e 1979, como medida para cobrir as despesas com as importações de bens de consumo e para o relançamento de projetos tornou-se inevitável”. A inflação atingia contornos insuportáveis. Duas situações de fome grave (1977 e 1979) geraram um divórcio crescente entre as populações e o poder político (SILVA, SANTOS, 2014, p.249).

Em suma, constata-se que os escassos incentivos à agricultura e o fracasso inesperado do seu programa econômico e industrial levou o novo Estado a crise e dependente ainda mais do exterior, o que fez com que não conseguiram transformar o sistema econômico e alinhar com as aspirações do povo e do partido elencado no “Programa Maior”.

#### 4.2 HOMEM NOVO

Uma das outras pedras angulares do discurso nacionalista sobre uma futura sociedade socialista é a ideia de um “Homem Novo, cidadão duma sociedade nova fundada sobre a justiça, a igualdade e o amor (LOPES, C., 2012, p. 82). A ideia do “Homem novo” promulgada por A. Cabral é da autoria de Frantz Fanon, que encerra a sua obra mais conhecida com esta sentença inesquecível: “Pela Europa, por nós e pela humanidade, camaradas, é preciso arranjar uma nova pele, um novo pensamento

e tentar criar um ‘homem novo’” (LOPES, C., 2012, p.82). Essa ideia não passou despercebida por Amílcar Cabral e o seu partido PAIGC, que via na educação um dos meios propícios para criação desse Homem Novo, baseando na própria identidade africana, em que denominava de “africanização do espírito”. Ele considerava que a única forma de se nascer de novo é fazendo uma ruptura com a ideologia colonialista e capitalista.

Cabral tinha um espírito nacionalista altruísta e holístico, providenciou durante a luta a criação do Homem Novo, que teria a capacidade de tomar o seu próprio rumo. Com efeito, criou em Conacri a escola piloto e algumas barracas mesmo em condições precárias e de riscos, porém, com o intuito de ajudar esses indivíduos a consciencializarem e de fazer uma ruptura com ideologia colonialista. No entanto, eis a questão que se coloca: será que a pequena burguesia, a qual Cabral considerava a única classe capaz de assumir o país estava preparada para fazer essa ruptura e conjugar com a ideia da transição socialista e a criação de Homem Novo? Até que ponto contribuíram para o aperfeiçoamento dessa ideia? O que PAIGC fez concretamente a partir de 1973 até 1980 para criação do Homem Novo? Considerando a educação como um dos meios para criação do Homem Novo, um país com fraco investimento na educação como pode criar tal Homem Novo? Com certeza que Cabral estaria insatisfeito ao ver o incumprimento das suas ideias e as propostas do partido.

## **5 EMANCIPAÇÃO FEMININA**

Cabral não via a criação do novo Estado Independente sem a emancipação feminina, em quase todos os seus discursos ele evidenciava o papel fundamental que as mulheres tiveram na revolução e projetava deste modo um papel importante das mulheres na construção nacional. O sucesso de qualquer tipo de transformação social, segundo a sua análise, consistia “ constatar de que forma a mulher participa no mais amplo processo de libertação da sociedade[...]. A nossa revolução nunca será vitoriosa se não conseguimos a plena participação das mulheres” (GOMES, 2016, p. 125).

Segundo Gomes:

A criação da União Democrática das Mulheres da Guiné e de Cabo Verde- UDEMU em Conacri (Guiné-Conacri), em 1961, cuja finalidade foi a consciencialização e a preparação política e ideológica das mulheres, bem como o desenvolvimento de uma ação diplomática no sentido da captação de recursos materiais e financeiros para a luta armada, pode ser considerada como uma das principais estratégias de emancipação postas em prática pelo PAIGC. (GOMES, 2016, p. 128)

A despeito da sua criação, a Gomes (2016) traz ainda as razões que levaram ao seu desaparecimento em 1966, na qual o fato da sua criação ter sido na vizinha República da Guiné Conacri (quartel general do PAIGC/ sede do Secretariado do PAIGC) fora das zonas libertadas onde as populações e combatentes criavam, uma relação de complementaridade, as bases de uma nova sociedade; também, o fato de a organização não incluir na fase inicial da sua existência uma parte significativa das mulheres guineenses empenhadas nas várias atividades das frentes de combate; o fato da UDEMU ter engajado mais na política de captação de fundos para o desenvolvimento da luta armada e pouco engajada com as lutas feministas. Esses constituíram os fatores de fragilização e de fragmentação da organização. E seria a comissão feminina criada pelo PAIGC em 1975 o prelúdio da realização do 1º Congresso da UDEMU, em 1982, momento considerado como sendo o “renascimento” da organização (GOMES, 2016, p. 132).

Contudo, não obstante a grande idéia de emancipação feminina levado ao cabo pelo PAIGC e seu líder durante a luta de libertação, outrossim, tudo indica que após a independência esse objetivo não foi posto em prática na sua dimensão total, como evidenciou a Gomes:

Em 1975, no contexto de Estado independente, a condição das mulheres guineenses caracterizava-se essencialmente por uma notável desomogeneidade. Não obstante os importantes resultados alcançados durante a luta de libertação o nível de transformação social verificado foi fundamentalmente desigual nas diferentes regiões do país. Ainda menos o fato dessas regiões terem sido formalmente “libertados” das garras do colonialismo pressupôs a eliminação das práticas coloniais perpetuadas. Assim, por exemplo, paralelamente a situação em que as mulheres assumiam posições de destaque a vários níveis no aparelho estatal, verificavam-se situações de discriminação com base no gênero (GOMES, 2016, p.129).

No trabalho da Gomes (2016), pode-se constatar muitas vozes femininas descontentes com o PAIGC no que diz respeito à emancipação das mulheres que durante a luta de libertação e na reconstrução nacional tiveram um papel capital, entretanto no momento de atribuição de cargos políticos e de responsabilidade a nível

de Estado são os homens os chamados, além disso, nem assumiram o controlo da organização das mulheres quando esta surgiu (Gomes, 2016, p. 132).

## 6 ETNICIDADE E NAÇÃO

Na sua definição dos diferentes níveis de “realidade” que é preciso ter em conta, Cabral fala explicitamente da “realidade étnica” (LOPES, C.,2012, p.84). De acordo com Amílcar Cabral a característica principal do domínio imperialista é a negação do processo histórico e cultural do povo dominado. Se o domínio colonial cria um perfeito sistema de repressão da vida cultural do povo colonizado, esse domínio provocava conjuntamente uma “alienação cultural” de parte da população, pela falaciosa assimilação ou pelo abismo ainda maior entre as elites autóctones[...] (MACEDO, 2016, p.186). Nisso é que considera a libertação nacional como um ato de cultura, no sentido de preservar a cultura do povo dominado e rejeitar a cultura do opressor. Ainda para Cabral:

[...] o movimento de libertação, representante e defensor da cultura do povo deve ter consciência do facto de que, sejam quais forem as condições materiais da sociedade que representa, esta é portadora e criadora de cultura, e deve, por outro lado, compreender o carácter de massa, o carácter popular da cultura, que não é. Nem poderia ser, apanágio de um ou de alguns setores da sociedade (SANCHES, 2012, p.362).

Sustenta o Paulo Freire, que quando um país possui diversas línguas, diversas culturas, deve-se valorizá-las em seu conjunto ao promover uma unidade cultural nacional. A diversidade é uma grandeza. Não uma deficiência (ROMÃO; GADOTTI, 2012, p.77). Portanto, a independência política não podia prescindir da independência cultural.

Para o africanista Patrick Chabal (apud NEVES, 2015, p. 337), a oportunidade de percorrer toda a Guiné e de falar com os aldeões foi uma experiência crucial para Cabral, que, tendo sido educado em Cabo Verde e Portugal, não possuía, até então, real conhecimento da Guiné (NEVES, 2015, p. 337). Preocupava muito Amílcar Cabral a “união interétnica”, sendo que a Guiné Bissau é composta por diversidade étnica, de forma que poderia interferir muito no desenvolvimento do país. No seminário de Quadros afirma que:

Existia o problema das tribos, dos grupos étnicos; é uma grande fraqueza [...] é nisto que consiste uma das grandes fraquezas da nossa luta. E seria muito mau se não fizéssemos o necessário para eliminá-lo do caminho da luta (LOPES, C., 2012, p.85).

Cabral, pode-se dizer que a primeira coisa que procurou fazer é estudar e compreender todo um mosaico étnico da Guiné-Bissau, conseguir caracterizar o funcionamento de cada etnia. Ora, na sua visão holística caracterizava as etnias estruturalmente de horizontais e verticais. Não obstante, ele tratava o povo guineense como único, mas não desvalorizava a “realidade étnica”. Ele considerava a identidade “étnica” uma realidade no seu pleno direito, que é tão importante como a realidade econômica ou social (LOPES, C., 2012, p.84).

Cabral sabendo da fraca homogeneidade populacional, chamou atenção as conseqüências do tribalismo e considerava esse de alicerce político de um dado grupo sociopolítico, e que se não houver ninguém para lhes colocar uns contra os outros não existe conflito. Os sentimentos “étnicos” não constituem problemas em si próprios. Só existe perigo quando esses sentimentos são exacerbados por dirigentes oportunistas e ambiciosos à procura da sua promoção pessoal (LOPES, C., 2012, p.86). Como considera o Álvaro Nóbrega:

[...] o nicho étnico é irresistível para a classe política que sabe ser possível colher ali, entre os seus, os votos para chegar ao parlamento e, quiçá, ao poder. Todavia, o discurso alicerçado na etnia alimenta-se de ressentimentos e estimula a desconfiança sobre o outro, não favorecendo o projeto nacional. E essa opção constitui, tal como no passado, um dos maiores perigos que desafia a democratização em países etnicamente fragmentados (NÓBREGA, 2015, p.98).

Em conformidade com Lopes, C. (2012, p.86) é verdade que Cabral regozija da diminuição do sentimento tribal a favor de um Estado “moderno”, mas isso se passa no que concerne à estrutura administrativa ou política e não implica necessariamente uma diminuição do sentimento “étnico”. Prossegue Lopes, C.

Ele louva com freqüência e de forma inequívoca a “etnicidade” pelo seu papel como receptáculo de herança cultural, como fator de identidade e, portanto, como detonador da resistência contra o imperialismo. E na, sua perspectiva pós-colonial, pretende explicitamente “o desenvolvimento da cultura dos diversos grupos étnicos”. Em todas as passagens evocando a “etnicidade”, Cabral não põe em causa a identidade, enquanto tal, mas a sua instrumentalização, feita por pessoas ou entidades interessadas (LOPES, C., 2012, p.87).

Portanto afirmava Cabral que para que a cultura possa desempenhar o papel importante que lhe compete no âmbito do desenvolvimento, devem saber preservar os valores culturais positivos de cada grupo social bem definido, de cada categoria, realizando a confluências desses valores[...], dando-lhes nova dimensão- a dimensão nacional (SANCHES, 2012, p.366). Mas importa não perder de vista que nenhuma cultura é um todo perfeito e acabado. A cultura, tal como a história, é necessariamente um fenômeno em expansão, em desenvolvimento (SANCHES, 2012, p.369).

## **7 JUSTIFICATIVA**

A justificativa para implementação desta pesquisa consiste numa análise entre o projeto concedido para uma futura nação durante a luta e a realização deste projeto após luta de libertação nacional na atual Guiné-Bissau. Entretanto, percebe-se que na literatura, existem poucas produções com foco nesta temática, aliás, apesar dos registros de Carlos Lopes (2012); António Tomás (2008); Tomás Medeiros (2014); Antonio E. Duarte Silva (2010); José Rivair Macedo (2016); Francisco Henrique da Silva & Mário Beja Santos (2014); Manuela Ribeiro Sanches (2012); Julião Soares Sousa (2016) e Patrícia Godinho Gomes (2010), este assunto se revela escasso para maioria dos estudiosos e leitores sobre a temática envolvendo a África ou particularmente a Guiné-Bissau, objeto desta pesquisa.

O estudo em questão dedica-se a análise do projeto político do PAIGC, destacando a figura do Amílcar Cabral (1924-1973) nas suas intenções e realizações. A importância desta temática reside no fato de escassez de uma análise exaustiva sobre o projeto político anunciado durante a luta e a sua implementação após a independência e, por conseguinte esta pesquisa irá contribuir para suprir a lacuna teórica existente e ampliar horizontes nesta perspectiva.

## 8 OBJETIVOS

### 8.1 OBJETIVO GERAL

Analisar o cumprimento da execução dos projetos político do PAIGC e de Amílcar Cabral formulados na luta de libertação nacional, de 1963-1973, no estado independente da Guiné-Bissau, no período de 1973-1994.

### 8.2 OBJETIVOS ESPECIFICOS

São os objetivos específicos deste projeto de pesquisa:

- Analisar o período de Transição socialista (“Suicídio” da pequena burguesia e criação do “Homem Novo”);
- Verificar a relação decorrente da união entre Guiné e Cabo Verde, no período de 1975 a 1980;
- Identificar as principais circunstâncias de discórdia que fracassaram o projeto em decorrência da etnicidade;
- Descrever as fases de Desenvolvimento socioeconômico elencados no projeto político e sua efetivação prática no período pós-colonial, no período de 1973 a 1994.
- Analisar as medidas levadas ao cabo para a emancipação feminina.

## 9 METODOLOGIA

Na impossibilidade de realizar uma pesquisa de campo, devido à falta de meios necessários, o desenvolvimento do presente trabalho será realizado mediante pesquisa bibliográfica concernente à temática em questão. Conforme João Bosco de Medeiros, a pesquisa bibliográfica caracteriza-se como a documentação indireta e de fonte secundário. É aquela que busca o levantamento de livros e revistas de relevante interesse para a pesquisa a ser realizada. Seu objetivo é colocar o autor da nova pesquisa diante de informações sobre o assunto de seu interesse (MEDEIROS 2014,

p.39). Assim sendo, será delineado como fonte de pesquisa as bibliotecas da (UNILAB, UFBA, UFRB, UNEB), nos sites do (INEP, CASA COMUM, entre outros sites), nas revistas de publicações científicas, nos jornais ou materiais relacionados a este assunto.

No sentido de conseguir um resultado esperado, serão analisados materiais disponíveis com um olhar científico e investigativo, sempre em diálogo permanente com autores já conceituados na matéria.

## **10 CRONOGRAMA**

Esta pesquisa se desenvolverá por três anos, sendo finalizada com a defesa da mesma e durante a pesquisa pretende ainda apresentar um artigo ligado à temática.

Como já se consta na metodologia que o trabalho será mediante pesquisa bibliográfica, pois primeira etapa do trabalho será pesquisa bibliográfica e seleção de material, aqui procurar-se os materiais ligados a temática, porém, sem ignorar outros materiais, ainda que podem ser usados para fazer comparação. O segundo momento dedicar-se-á coleta e seleção de dados, e já em seguida análise e interpretação dos dados que será crucial, e requer muita atenção. Após a elaboração e organização dos dados, pretende-se apresentar um artigo referente a temática e em seguida começar a redação preliminar da dissertação e por último a sua defesa. Como consta abaixo no anexo que se segue:

ATIVIDADES	ANO/SEMESTRE					
	2018		2019		2020	
	1 <sup>o</sup> Semestre	2 <sup>o</sup> Semestre	3 <sup>o</sup> Semestre	4 <sup>o</sup> Semestre	5 <sup>o</sup> Semestre	6 <sup>o</sup> Semestre
Pesquisa bibliográfica	X	X				
Seleção do material	X	X				
Coleta e seleções dos dados		X				
Análise e interpretações dos dados		X				
Elaboração e organização dos dados		X				
Redação preliminar do artigo		X	X			
Últimos ajustes do artigo			X	X		
Apresentação do artigo				X		
Redação preliminar da dissertação				X	X	X
Últimos ajustes da dissertação						X
Defesa da dissertação						X

## REFERÊNCIAS

- AUGEL, Moema Parente. *Desafio do escombros: Nação identidades e pós colonialismo da Guiné-Bissau*. Rio de Janeiro: Ed. Garamond, 2007. 437p.
- AUGEL, Johannes; CARDOSO, Carlos. *Transição democrática na Guiné-Bissau e outros ensaios*. Bissau: INEP, 1996. 255p.
- CABRAL, Amílcar. *A arma da teoria*. Portugal: Avante, SARL, 1984. 55.p.
- \_\_\_\_\_. *Unidade e luta.....*
- FERNANDES, Antero da Conceição Monteiro. *Guiné-Bissau e Cabo Verde: Da unidade à separação*. 2007. Dissertação (Mestrado em Estudos Africanos) – Faculdade de Letras, Universidade do Porto, Porto.
- FREIRE, Paulo. *Cartas à Guiné-Bissau*. Brasil: Ed. Paz e Terra, 2014. 272p.
- \_\_\_\_\_; GUIMARÃES, Sergio. *A África ensinando a gente: Angola, Guiné-Bissau, São Tomé e Príncipe*. São Paulo: Paz e Terra, 2003. 228p.
- FERREIRA, José Carlos Ney; VEIGA, Vasco Soares da. *Estatuto dos indígenas portugueses das províncias da Guiné, Angola e Moçambique*. 2.ed. Lisboa: 1957. 166p.
- GOLIAS, Jorge Sales. *A Descolonização da Guiné-Bissau*. Portugal: Ed. Colibri, 2016. 376p.
- GOMES, Patrícia Godinho. As outras vozes: percursos femininos cultura política e processos emancipatórios na Guiné-Bissau. *Revista do programa de pós-graduação em Relações Étnicas e Contemporaneidade, Bahia*, ano 1, n.1, p. 121-145, jun.2016.
- \_\_\_\_\_. *Os fundamentos de uma nova sociedade: O P.A.I.G.C e a luta armada na Guiné-Bissau 1963-1973/ Organização do Estado e relações internacionais*. Itália: L'Harmattan Italia srl, 2010. 386p.
- KOUDAWO, Fafali. *Cabo Verde e Guiné-Bissau: Da democracia revolucionária à democracia liberal*. Bissau: INEP, 2001. 2019p.
- LOPES, Carlos (org). *Desafios Contemporâneos: o legado de Amílcar Cabral*. São Paulo: Ed. Unesp, 2012. 215p.
- LOPES, José Vicente. *Aristides Pereira: Minha vida nossa história*. Praia: Spleen edições, 2012. 493p.
- \_\_\_\_\_. *Cabo Verde. Os Bastidores da Independência*. Praia: Spleen Edições, 2002.
- MEDEIROS, Tomás. *A verdadeira morte de Amílcar Cabral*. 2.ed. Lisboa: Althum.com, 2014.

MONTEIRO, Artemisa Odila Candé. *Guiné-Bissau: Da luta armada a Construção do estado nacional-conexões entre o discurso de unidade nacional e diversidade étnica 1959-1994*. 2013. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador.

NEVES, José. Ideologia, ciência e povo em Amílcar Cabral. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v.24, n.2, abr.-jun. 2017, p.333-347.

NÓBREGA, Álvaro. *Guiné-Bissau: Um Caso da Democratização Difícil (1998-2008)*. Portugal: Ed. Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, 2015. 192p.

O'REGAN, Davin; THOMPSON, Peter. *Promover a estabilidade e a reconciliação na Guiné-Bissau: Lições do primeiro narco-estado de África*. CEEA: 2013. 61p.

PARTIDO AFRICANO DA INDEPENDÊNCIA DA GUINÉ E CABO VERDE. *Estatutos do partido-1973*. Praia: Fundação Mário Soares, 7p.

ROMÃO, José Eustáquio; GADOTTI, Moacir. *Paulo Freire e Amílcar Cabral: A descolonização das mentes*. Edições. L. São Paulo: Editora e livraria Paulo Freire, 2012. 121p.

SANCHES, Manuela Ribeiro (org). *Malhas que os impérios tecem: Textos anticoloniais, contextos pós-coloniais*. Lisboa: Edições 70, 2012. 383p.

SILVA, António Duarte. *Invenção e Construção da Guiné-Bissau*. Lisboa: Ed. Almeida, 2010. 312p.

SILVA, Francisco Henriques da. SANTOS, Mário Beja. *Guiné-Portuguesa à Guiné-Bissau um roteiro*. 1.ed. Porto: Fronteira do Caos Editores Lda, 2014. 530p.

SOUSA, Julião Soares. *Amílcar Cabral (1924-1973): Vida e morte de um revolucionário*. 2.ed. Lisboa: Ed. Vega, 2012. 570p.

TEIXEIRA, Ricardino Jacinto Dumas. *Cabo Verde e Guiné-Bissau: As Relações entre a Sociedade Civil e o Estado*. Recife: Ed. Ufpe, 2015.

TOMÁS, António. *Fazedor de utopias: Uma bibliografia de Amílcar Cabral*. Portugal: Ed. Tinta da China, 2007. 344p.

VISENTINI, Paulo Fagundes. *Os países africanos: Diversidade de um continente*. Porto Alegre: Leitura XXI/ Ceabrafica/UFRGS, 2012. 256p.